

CLIPPER BOOK MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados RL
MEDIA	JORNAL DE NEGÓCIOS (Supl. LEX)			
Nº PAG.	I / II / III	DATA	1 junho 2016	

QUARTA-FEIRA | 1 JUN 2016

negócios

Lex

SOCIEDADES



GOVERNANCE: QUE BOAS PRÁTICAS DEVE TER UMA FIRMA DE ADVOGADOS

OPINIÃO



DIOGO FEIO FALA DE RESPONSABILIDADE FISCAL, DANIEL REIS DE DADOS PESSOAIS



E se Timor for uma porta de entrada no sudeste asiático?

Timor? Talvez exportar não seja a melhor estratégia. Ricardo Alves Silva defende, em alternativa, investir e produzir no país e depois vender para o sudeste asiático.

CLIPPER BOOK MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados RL
MEDIA	JORNAL DE NEGÓCIOS (Supl. LEX)			
Nº PAG.	I / II / III	DATA	1 junho 2016	

ENTREVISTA

RICARDO ALVES SILVA SÓCIO DA MIRANDA, RESPONSÁVEL PELO ESCRITÓRIO DE TIMOR-LESTE

Timor não deve ser visto como “destino de exportações”

Exportar de Portugal para Timor talvez não seja a melhor ideia. Quem o diz é o advogado Ricardo Alves Silva, para quem a estratégia dos empresários nacionais deve passar por investir e produzir no país, para depois vender para todo o Sudeste Asiático.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt



[Melhor estratégia?] Usar Timor como uma plataforma para produzir localmente e [aí] exportar para todo o Sudeste Asiático.

Há dez anos com um escritório próprio em Timor-Leste, a sociedade de advogados portuguesa Miranda & Associados quer dar continuidade ao projecto. Ricardo Alves Silva, o sócio desta firma responsável pelo trabalho naquela geografia, afixa ao Negócios que o país mostra abertura para a presença de empresas portuguesas, mas alerta que olhar para Timor

“como um destino de exportação para bens produzidos em Portugal” pode não ser uma boa aposta.

A sociedade Miranda é conhecida internacionalmente pelo apoio jurídico que presta a empresas do sector petrolífero. Em Timor-Leste é também esse o vosso campo de actuação?

Quando a Miranda é falada em termos internacionais é numa lógica de prestação de serviços na área

dos recursos naturais, como petróleo e gás. É verdade que entramos em Timor-Leste com algum trabalho para esse sector, mas muito cedo passámos a desenvolver trabalho em muitas outras áreas. Temos uma presença efectiva desde há muitos anos na área da banca, assim como temos estado envolvidos no sector da construção civil, não só a construção de empreendimentos para particulares, mas também obras públicas.

Há espaço para empresas portuguesas no mercado timorense?

Diria que Portugal tem uma série de vantagens competitivas em Timor. Há empresas portuguesas que estão no território desde 1999 e que são muito conceituadas localmente. Só que Timor-Leste é um mercado longínquo. É um país com uma população muito jovem, mas de apenas 1,2 milhões de habitantes. É um mercado muito reduzido e a distância coloca dificuldade de logística e de im-

CLIPPER BOOK MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados RL
MEDIA	JORNAL DE NEGÓCIOS (Supl. LEX)			
Nº PAG.	I / II / III	DATA	1 junho 2016	

ENTREVISTA

PERFIL

Um homem do mundo

Ricardo Alves Silva tem dupla nacionalidade. Este luso-australiano nasceu em Portugal, cresceu na Austrália e actualmente é o responsável pelo escritório que a sociedade Miranda mantém em Díli, Timor-Leste. Advogado de profissão, está autorizado a exercer naquele país lusófono e, claro, em Portugal. Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 2000, entrou para a Miranda em 2004, onde tem desenvolvido actividade no apoio jurídico a empresas no sector do petróleo e gás que desenvolvem projectos em África. Entre 2006 e 2008, foi o responsável pelo escritório da sociedade em Houston, nos EUA. Em 2009, regressou para o escritório de Lisboa onde é actualmente o responsável pela coordenação dos escritórios de Houston e de Timor.

bito económico. Estamos numa zona do mundo altamente competitiva, que é o Sudeste Asiático.

Exportar para Timor, face à distância, não é competitivo?

Olhar para o país como um destino de exportação para bens produzidos em Portugal não me parece uma boa aposta.

Qual seria uma boa aposta?

Onde as empresas portuguesas

podem conseguir resultados muito bons e impor-se é em sectores como a construção civil e a prestação de serviços. Se vimos os dois grandes investimentos em Timor, fora do sector petrolífero e das infra-estruturas promovidas pelo Estado, são exactamente duas fábricas que estão a ser construídas por empresas internacionais, tendo em vista produzir localmente, mas também exportar para o mercado regional.

Que fábricas?

Uma das unidades é da cervejeira Heineken, outra é uma fábrica de cimentos.

Conhece bem a realidade e as necessidades locais, que sectores de actividade podem ser interessantes para os empresários portugueses?

Toda aquela área do Sudeste Asiático está em desenvolvimento. Penso que um sector como o dos moldes poderia estabelecer-se em Timor. Também a parte dos materiais de construção, fiscalização de obras, serviços de engenharia. É possível pegar no "know-how" que possuímos ao nível dos serviços, mas também nos sectores industriais mais sofisticados que temos e procurar usar Timor como uma plataforma para produzir localmente e exportar para toda aquela região.

A percepção que existe é a de que Timor-Leste é muito dependente dos recursos petrolíferos. As autoridades locais têm procurado diversificar a economia do país?

Hoje em dia, o sector petroli-

fero ainda contribui para cerca de 90% do Orçamento do Estado, mas o problema da dependência do petróleo está devidamente identificado pelo Governo desde há vários anos. O plano estratégico de desenvolvimento nacional 2011-2030, preparado na altura pelo primeiro-ministro Xanana Gusmão, prevê exactamente a utilização da receita petrolífera para desenvolver outros sectores da economia. Timor-Leste reconhece que existem vários pilares que têm de ser desenvolvidos para a economia funcionar.

Em que pilares assenta esse plano de desenvolvimento?

Um dos pilares é o das infra-estruturas. Estão a ser feitas várias reabilitações de estradas. Houve uma forte aposta nos últimos anos na electrificação do país. Foi também dado um passo muito importante com o lançamento da primeira parceria público-privada com o novo porto de Tibar, a oeste de Díli. Outro pilar importante é a questão da capacitação dos recursos humanos. Há ainda um terceiro pilar institucional, que visa o amadurecimento das instituições democráticas.

Que relações existem hoje em dia com os principais países vizinhos, entre os quais a Indonésia?

Não há qualquer mal-entendido com o vizinho indonésio, que foi o ocupante durante 24 anos. Até com o gigante australiano, com quem existe uma disputa no mar de Timor, as relações diplomáticas são boas. Não há qualquer animosidade entre as partes. ■

Petróleo garante almofada de 18 mil milhões

Ao contrário de outros países onde a sociedade Miranda está presente, Timor consegue manter a estabilidade financeira da economia, mesmo dependendo do petróleo. Ricardo Alves Silva lembra, para tanto, o fundo petrolífero de 18 mil milhões de dólares (cerca de 16,8 mil milhões de euros).

Manter um escritório em Timor-Leste ao longo de dez anos é certamente um investimento pesado. Continua a justificar-se?

Quando tomamos a decisão de abrir um escritório fazemo-lo numa lógica de longo prazo. Estamos em 17 países e, regra geral, entramos nesses países numa altura em que os outros não queriam. Os nossos investimentos são sempre feitos numa lógica de maratona e não numa lógica de "sprint".

Que factores contribuíram para cimentar o projecto?

O sucesso ou o insucesso de um projecto no Sudeste Asiático depende muito da capacidade de ganhar a confiança de quem está

no terreno. Não só dos colaboradores locais, dos empresários locais, mas também das entidades governativas com as quais vamos ter de nos sentar à mesa.

A maioria dos mercados onde estão depende muito do sector petrolífero, agora afectado por uma baixa de preços. Como é que lidam com este tipo de problema?

Diria que a questão do preço do petróleo é uma questão relevante na esmagadora maioria dos países onde estamos. É inegável que a economia angolana sofreu um abalo muito grande devido à baixa do preço do crude, tal como Moçambique. Com Timor, felizmente, não há esse problema.

Tem um "fundo de manei" substancial.

O fundo petrolífero onde entram todas as receitas, tendo em vista a sustentabilidade das gerações futuras, conta com uma almofada financeira que neste momento está em cerca de 18 mil milhões de dólares (cerca de 16,8 mil milhões de euros), o que permite que o Estado funcione dentro da normalidade, já que não depende directamente das vendas do crude para se financiar.

De que forma vai evoluir este projecto?

É projecto que está com uma trajectória de crescimento há vários anos. O nosso objectivo é continuarmos a crescer ao nível do nosso pessoal timorense. É um processo que queremos prosseguir de forma continuada e sustentada. ■



[Continuar em Timor justifica-se?] Os nossos investimentos são sempre feitos numa lógica de maratona e não numa lógica de 'sprint'.